

# **Programa Bolsa Família: características e perfil da pobreza entre os beneficiários nos estados do Paraná e Bahia**

*Programa Bolsa Família: characteristics and poverty profile among the beneficiaries in the states of Paraná and Bahia*

*Thais Andreia Araújo de Souza  
Universidade Estadual de Maringá*

*Ana Cristina Lima Couto  
Universidade Estadual de Maringá*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo descrever as características dos beneficiários do Programa Bolsa Família nos estados do Paraná e Bahia com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o ano de 2014 e verificar a existência de semelhanças e diferenças a partir de um conjunto de indicadores socioeconômicos. As unidades de análise utilizadas são os domicílios e as pessoas. As características analisadas para as pessoas são: idade, sexo, raça e grau de instrução dos responsáveis pela família. Em relação às características do domicílio, foram utilizados dados sobre o tipo de construção, iluminação, coleta de lixo, forma de escoamento de esgoto e de distribuição de água. De modo geral, dos indicadores analisados, merecem destaque a precariedade em termos de acesso ao esgotamento sanitário tanto no Paraná quanto na Bahia e o problema da baixa escolaridade dos responsáveis pela família. Embora haja semelhanças entre os beneficiários de ambos os estados, a situação no estado da Bahia é mais vulnerável.

**Palavras-chave:** Bolsa Família; Pobreza; Bahia; Paraná.

**Abstract:** This article aims to describe the characteristics of the beneficiaries of the “Programa Bolsa Família” in the states of Paraná and Bahia based on data provided by the Ministry of Social Development and Fight against Hunger for the year 2014 to check for similarities and differences from a set of socioeconomic indicators. The used units of analysis are the households and people. The characteristics analyzed to people are: age, sex, race, degree of education of the household. Regarding the household characteristics, data on the type of construction were used, type of lighting, garbage collection, means of disposal of sewage and form of distribution of water. Overall, the indicators analyzed, worth mentioning the precariousness in terms of access to sanitation both in Paraná and in Bahia and the problem of low educational level of the household. Although there are similarities among the beneficiaries of both states, the situation of Bahia state is most vulnerable beneficiaries.

**Keywords:** Bolsa Família; Poverty; Bahia; Paraná.

**JEL:** I32; I39.

## **Introdução**

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da junção de programas sociais anteriores, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, dentre outros. O Programa faz parte do Plano Brasil Sem Miséria e tem como objetivo diminuir a pobreza no país. Para delimitar a população beneficiária, foram estabelecidos valores monetários, de modo que a pobreza é especificada de modo objetivo, isto é, tendo como referência o estabelecimento de uma linha de pobreza.

O PBF, de modo geral, vem apresentando bons resultados no sentido de diminuir a condição de pobreza das famílias mais vulneráveis, à medida que concede renda. Mas como contrapartida exige o cumprimento de condicionalidades no âmbito da saúde e da educação. O programa visa ainda garantir a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos. Sendo assim, o programa vai além da mera distribuição de renda.

No Brasil, o problema da pobreza não é igualmente distribuído em todo o território nacional. Ela tem uma dimensão muito regionalizada, estando proporcionalmente mais presente nos estados das regiões Norte e Nordeste. Ademais, quando se considera o total de beneficiários por unidades da federação, o estado da Bahia caracteriza-se como sendo o que tem maior dependência do programa, enquanto o estado do Paraná é o menos dependente.

Desse modo, este artigo tem como objetivo a elaboração de um perfil de pobreza comparando as características socioeconômicas referentes aos beneficiários do PBF tanto no Paraná quanto na Bahia com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). As unidades de análise estudadas são as pessoas e os domicílios. As características analisadas para as pessoas são: idade, sexo, raça e grau de instrução dos responsáveis pela família. Em relação às características do domicílio, foram utilizados dados sobre o tipo de construção, tipo de iluminação, coleta de lixo, forma de escoamento de esgoto e forma de distribuição de água.

Este artigo é composto de quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção dois são discutidos aspectos conceituais sobre pobreza e as principais características do PBF no Brasil. Na seção três são apresentados alguns dados sobre o PBF no Paraná e Bahia. Nas seções 4 e 5 são analisados, respectivamente, o perfil dos domicílios e das pessoas beneficiárias do PBF nos estados do Paraná e Bahia. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## **2. Pobreza: aspectos conceituais e o Programa Bolsa Família no Brasil**

A pobreza não tem uma definição única. De acordo com Laderchi, Saith e Stewart (2003), nos países de diferentes níveis de desenvolvimento há consenso na importância de se reduzir a pobreza. No entanto, não há consenso sobre sua definição. Inicialmente a pobreza era vista como insuficiência de renda para garantir as necessidades de subsistência dos indivíduos. Porém, esse conceito evoluiu e foi ampliado, pois se reconheceu que a pobreza é um fenômeno que envolve mais informações que vão além da insuficiência de renda.

A pobreza é um tipo de privação “[...] que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família” (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 80). De modo geral, a pobreza está relacionada com a insuficiência de renda familiar para garantir as necessidades de subsistência dos seus membros (alimentos, roupas, moradia, por exemplo). Mas, por volta dos anos 1940 passou-se a analisar a pobreza a partir da ótica das necessidades básicas, de modo que além da insuficiência de renda, outros tipos de carências devem ser considerados quando se trata de pobreza, tais como os aspectos que fornecem bem-estar e qualidade de vida. É importante considerar um conjunto maior de necessidades humanas que se referem, por exemplo, à oferta de serviços públicos como o acesso à água potável, energia elétrica, coleta de lixo, saneamento básico, transporte coletivo, saúde, educação, entre outros serviços (CODES, 2008; ROCHA, 2006).

Mais recentemente, nos anos 1980, ganhou destaque a abordagem da pobreza enquanto privação de capacidades básicas, cujo precursor é o economista Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia de 1998. Estar privado das capacidades básicas é “[...] encontrar-se privado de oportunidades básicas para, por exemplo, estar bem nutrido e bem abrigado, ter acesso à educação, gozar de uma boa saúde,

entre outras” (SILVA; NEDER, 2010, p. 2). Para Sen, a pobreza sempre terá um caráter absoluto e as suas principais características são a fome e a inanição. Mas devem-se considerar também questões relacionadas à qualidade de vida, que se caracterizam pelo uso das capacidades para encontrar satisfação.

Neste artigo, que tem como elemento central a análise do perfil dos beneficiários do PBF, utiliza-se o conceito de pobreza objetiva em que são utilizadas linhas de pobreza para separar a população pobre da não pobre. No entanto, é importante destacar que o PBF vai além da mera transferência de renda, pois permite que os beneficiários além de aumentar o seu poder de compra (pelo recebimento de renda), podem melhorar a qualidade de vida porque os mesmos precisam cumprir uma série de condicionalidades referentes à saúde e à educação. Isso aproxima o PBF de aspectos relacionados à abordagem da pobreza pelo enfoque das capacitações de Amartya Sen.

O PBF foi instituído no início do Governo Lula, sendo o principal programa de transferência de renda direta destinada à eliminação da pobreza no Brasil. O PBF visa beneficiar as famílias que são consideradas pobres ou extremamente pobres em todo território brasileiro. A transferência de renda tem como contrapartida o cumprimento de um conjunto de condicionalidades por parte dos beneficiários. O PBF tem três eixos de ação: a transferência de renda, com o intuito de aliviar imediatamente a pobreza; as condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos básicos na área de educação, saúde e assistência social; e, também as ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias para superarem a situação de vulnerabilidade. (MDS, 2014).

As pessoas que podem participar do programa são as que se encontram em situação de extrema pobreza e pobreza, tendo como base critérios monetários. Conforme as regras do PBF considera-se um indivíduo extremamente pobre quando sua renda familiar *per capita* mensal é igual ou menor que R\$ 77,00, enquanto pobre é aquele que tem renda familiar mensal *per capita* entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00<sup>1</sup>.

Há algumas condicionalidades que as famílias beneficiárias precisam cumprir para poder receber o benefício mensal. Em relação à saúde familiar, é preciso obrigatoriamente acompanhar a vacinação e o desenvolvimento das crianças. As mulheres entre 14 e 44 anos também devem fazer acompanhamento médico, e no caso de estarem grávidas ou lactantes é necessário fazer o acompanhamento do pré-natal e do bebê. Em relação à educação, as crianças entre seis e quinze anos devem estar matriculadas na escola e ter frequência mínima de 85%. Para os adolescentes entre dezesseis e dezessete anos, essa frequência mínima é de 75%. Além disso, é proibido o trabalho infantil. Essas condicionalidades objetivam monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis (MDS, 2014).

A importância do PBF está no fato de ser um programa que procura ir além da simples transferência de renda, que por sua vez, é um meio para tentar aliviar a pobreza de forma mais imediata. Suas condicionalidades contribuem para o desenvolvimento das famílias e, sobretudo, para que as mesmas possam superar o ciclo geracional da pobreza. O programa oferece a possibilidade de ascensão social para seus beneficiários, mas que só deve ser alcançado pelas próximas gerações. Assim, os filhos das famílias beneficiárias ao terem maiores oportunidades de acessar

---

<sup>1</sup> Conforme valores vigentes até o presente momento (julho de 2015).

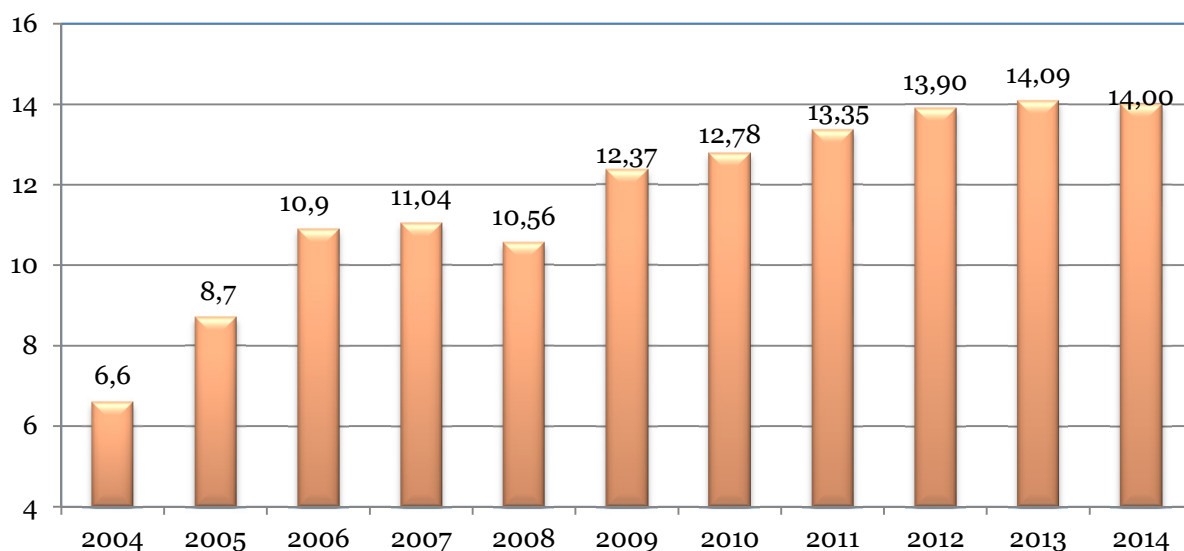
serviços públicos como os de saúde e educação podem ter mais condições de romper o ciclo vicioso da pobreza (MDS, 2014).

O PBF ajudou a diminuir a extrema pobreza do país em 28% no período entre 2002-2012 e teve resultado positivo na distribuição de renda, visto que enquanto a renda média dos mais pobres cresceu 120%, a dos mais ricos cresceu só 26%, o que contribuiu para uma queda no índice de Gini (NERI; VAZ; SOUZA, 2013).

Os gastos com o PBF representam apenas 0,4% do PIB e cada 1 real gasto gira 2,4 reais no consumo das famílias. Cada 1% de gasto em transferência do PBF produz um efeito multiplicador de 1,78% no PIB. Esses dados mostram que o PBF é um programa de transferência que dá o maior retorno ao PIB (NERI, VAZ; SOUZA 2013; MOTTA, 2013).

O número de famílias beneficiárias do PBF no Brasil de 2004 a 2014 mais que dobrou, passando de cerca de 6,6 milhões para 14,0 milhões, resultando numa variação percentual de 115,38%, conforme dados do Gráfico 01.

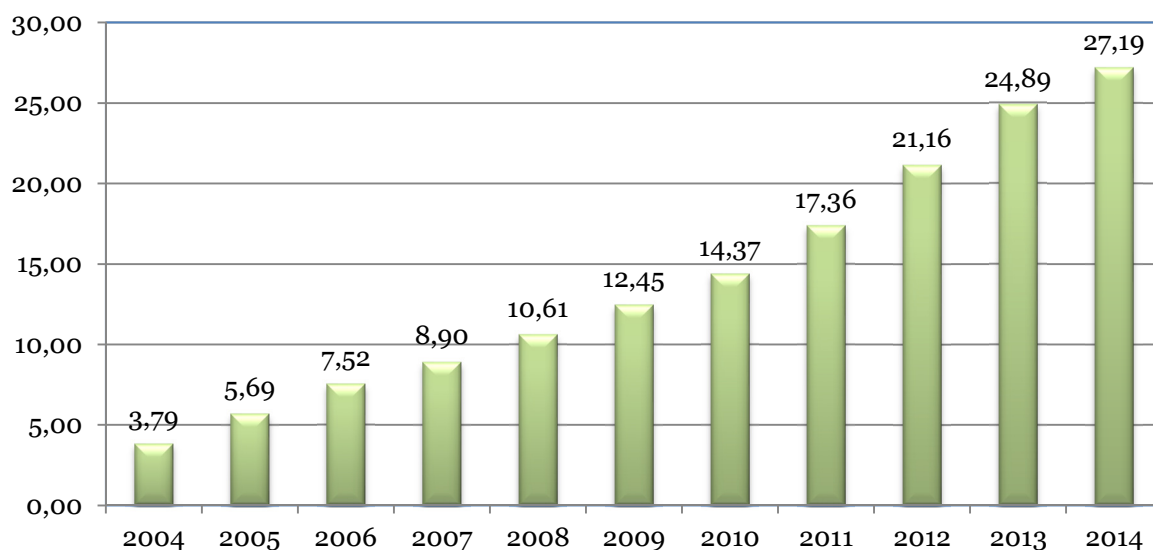
Gráfico 01 – Quantidade de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil – 2004-2014 (Em milhões)



Fonte: Data Social (2015).

No Gráfico 02 nota-se que o valor total das transferências realizadas tem aumentado de forma contínua, passando de R\$ 3,8 bilhões em 2004 para R\$ 27,2 bilhões em 2014. A análise dos dados dos Gráficos 1 e 2 pode ser vista a partir de duas óticas. Primeira, o ideal seria que tanto o número de famílias quanto o valor repassado pelo programa diminuíssem ao longo do tempo. Afinal, o ideal é que o grau de dependência das famílias pelos recursos do Governo se reduzisse e que as pessoas se inserissem no mercado de trabalho de forma produtiva e que da venda de sua força de trabalho pudessem receber os recursos monetários necessários para que suas famílias vivessem de forma digna. Pela segunda ótica, é importante destacar que tanto o aumento da quantidade de famílias beneficiárias quanto do valor repassado significam que o PBF tem sido ampliado, sendo mais acessível a um maior número de famílias que vivem em condições de extrema pobreza e pobreza, o que contribui para aliviar os sintomas mais imediatos da escassez de renda como a fome.

Gráfico 02 – Valor Total Repassado do PBF no Brasil - 2004-2014 (Em bilhões de Reais)



Fonte: Data Social (2015).

No Brasil, o problema da pobreza não é igualmente distribuído em todo o território nacional. Proporcionalmente ela está mais presente nos estados das regiões Norte e Nordeste. Em 2013, a proporção de domicílios extremamente pobres nas regiões do Brasil era: 9,54% no Nordeste; 2,85 % no Centro Oeste; 7,11% no Norte; 2,99% no Sudeste e 2,31% no Sul. Já a proporção de domicílios pobres era 23,33% no Nordeste; 5,64% no Centro Oeste; 19,89% no Norte; 6,34% no Sudeste e 5,40% no Sul (IPEADATA, 2015)<sup>2</sup>.

Quanto à distribuição das famílias beneficiárias do PBF em 2014, a situação era a seguinte: 50,70% no Nordeste; 24,91% no Sudeste; 12,0% no Norte; 7,0% no Sul e 5,39% no Centro-Oeste (DATA SOCIAL, 2015). Quando se considera o total de beneficiários por unidades da federação, verificou-se que o estado da Bahia caracteriza-se como sendo o que tem maior dependência do programa. Já o estado do Paraná é o de menor dependência do programa (PINHONI, 2013). Na sequência, é apresentado o perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF nestas duas unidades da federação.

### 3. Alguns dados sobre o Programa Bolsa Família no Paraná e Bahia

Segundo Silva, Borges e Parré (2013), o Paraná é um estado que tem elevada renda média *per capita*. As regiões que possuem melhores condições de vida e menores níveis de pobreza são a região metropolitana de Curitiba e a região noroeste do estado. Ainda de acordo com estes autores, dos 399 municípios existentes, pelo menos 12 possuem situação crítica de pobreza, ultrapassando a taxa de 20%. Entre os motivos da pobreza concentrada nestes 12 municípios mais pobres estão a falta de infraestrutura para a emancipação dos mesmos e o grande número de pessoas

<sup>2</sup> Conforme linhas de pobreza adotadas pelo IPEADATA, que trabalha com linhas de pobreza regionalizadas.

vivendo na área rural. O município que possui a maior taxa de pobreza no estado é Laranjal (25,3%).

A Bahia, por sua vez, conforme ressaltado por Souza e Osório (2012) possui alto índice de desigualdade social, que vem diminuindo ao longo dos anos. Apesar da queda das taxas de pobreza e extrema pobreza no estado, as mesmas ainda se mantêm maiores do que a nacional. A Bahia é considerada o estado com o maior número de população extremamente pobre. Boa parte dessa população vive na área rural do estado.

Segundo dados do Censo de 2010, a população do Paraná era de aproximadamente 10,4 milhões de pessoas e a da Bahia era de aproximadamente 14 milhões. O valor total repassado para o PBF no Paraná passou de 137,0 milhões de reais em 2004 para 697,1 milhões de reais em 2014, uma variação de 408,76%. Já na Bahia, os valores repassados passaram de 532,7 milhões de reais em 2004 para mais de 3,5 bilhões de reais em 2014 (DATA SOCIAL, 2015).

Os dados da Tabela 01 mostram a evolução do número de famílias beneficiárias pelo PBF no Paraná e Bahia. Constata-se que em 2004 o número de beneficiários da Bahia era mais que o dobro do Paraná, ou seja, era 171,75% maior. No decorrer do período, a Bahia teve um aumento acentuado no número de famílias beneficiárias, passando de 838,9 mil em 2004 para mais de 1,8 milhões em 2014, uma variação percentual de 115,57%. No Paraná, nesse mesmo período a variação foi de apenas 31,81%.

A proporção de famílias beneficiárias em cada estado em relação ao Brasil apresenta tendências diferentes. Enquanto em 2004 o Paraná respondia por 4,7% dos beneficiários do Brasil, em 2014 essa participação foi reduzida para 2,91%, levando a uma queda de 1,79 p.p. Na Bahia, em 2004 a participação era de 12,76% e em 2014 aumentou para 12,91%.

Ainda com base nos dados da Tabela 01, percebe-se que enquanto no Paraná em alguns anos houve diminuição do número de beneficiários, na Bahia, ao contrário, houve aumento contínuo no período. É possível sugerir que este comportamento se deve ao fato de que famílias paranaenses deixaram de depender do benefício. Já na Bahia, os dados sugerem um aumento da dependência das famílias pelo PBF, à medida que mais famílias passaram a ter acesso ao programa.

Tabela 01 - Número de famílias beneficiárias do PBF no Paraná e na Bahia 2004-2014 (Em milhares)

Ano	Paraná	Bahia
2004	308,7	838,9
2005	447,1	1.067,2
2006	452,1	1.391,2
2007	410,8	1.411,6
2008	367,2	1.372,7
2009	482,3	1.581,6
2010	466,6	1.662,0
2011	444,0	1.752,9
2012	449,7	1.808,3
2013	430,1	1.800,0
2014	406,9	1.808,4

Fonte: DATA SOCIAL (2015).

É importante chamar atenção para o fato de que o estado da Bahia tem ocupado o primeiro lugar em número de pessoas beneficiadas pelo PBF como proporção de sua população. Em seguida aparecem os estados de São Paulo, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Maranhão (BAHIA LIDERA... 2013). Sobre essa situação, o Secretário Nacional de Renda e Cidadania do MDS, Luís Henrique Paiva afirma que:

A Bahia é um estado que tem índices de pobreza acima da média nacional e é bastante grande em termos de população. Por isso, acaba sendo o que tem maior número de beneficiários e, com isso, recebe um número grande de transferências (BAHIA LIDERA..., 2013, p. 1),

A Tabela 02 traz informações sobre o número de famílias inscritas no Cadastro Único<sup>3</sup>. É importante mencionar que não são todas as famílias que estão no cadastro que recebem o auxílio do Bolsa Família, pois esse cadastro também é usado para outros programas sociais. Na verdade, para poder receber o benefício, um dos pré-requisitos é estar inserido no referido cadastro. Conforme dados da Tabela 02, em março de 2015 no Paraná havia 1.214.072 de famílias cadastradas enquanto na Bahia esse número era de 3.038.563.

Do total de famílias cadastradas constata-se que enquanto no Paraná a proporção de famílias extremamente pobres era de 23,11%, na Bahia esse percentual chega a 61,33%. Em relação aos pobres, a proporção no Paraná (19,36%) supera a da Bahia (12,33%). Entre as famílias que têm renda *per capita* entre R\$ 154,00 e 1/2 salário mínimo e acima de 1/2 salário mínimo, as proporções são mais elevadas para o Paraná, 34,49% e 15,09%, respectivamente do que para a Bahia, 15,09% e 11,25%, respectivamente. Somando-se os percentuais de famílias extremamente pobres e pobres de cada estado, nota-se que enquanto no Paraná, esse percentual era de 42,73%, na Bahia, era de 73,66%. Comparando-se os dois estados, fica evidente que a Bahia responde, em termos proporcionais, por uma maior participação de famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza (Tabela 02), dentre as que estão inscritas no Cadastro Único.

Tabela 02 – Número de Famílias inscritas no Cadastro Único nos estados do Paraná e Bahia por faixas de renda – Março 2015

	Paraná	% no total das famílias cadastradas	Bahia	% no total das famílias cadastradas
Famílias cadastradas	1.214.072	100,00	3.038.563	100,00
Com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	280.588	23,11	1.863.623	61,33
Com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	235.079	19,36	374.512	12,33
Com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e 1/2 salário mínimo	418.714	34,49	458.387	15,09
Com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo	279.691	23,04	342.041	11,25

Fonte: Relatório de Informações Sociais (2015).

<sup>3</sup> É um mecanismo que permite identificar famílias de baixa renda.

Desde o começo do PBF a média dos valores dos benefícios vem aumentando. A Tabela 03 mostra a evolução média dos benefícios pagos no período que compreende os anos de 2004 a 2014. Em 2014, o valor médio do benefício estava em torno de R\$ 170,00 na Bahia e R\$ 146,00 no Paraná, Nesse valor estão inclusos os benefícios variáveis. No Brasil, o valor do benefício médio mensal em 2014 foi de R\$ 169,00.

Tabela 03 - Média dos benefícios pagos pelo PBF no Paraná e na Bahia – 2004-2014 (em R\$)

Ano	Paraná	Bahia
2004	64,46	73,96
2005	56,46	69,78
2006	52,74	66,45
2007	58,73	72,63
2008	70,01	85,85
2009	75,90	93,77
2010	82,40	99,62
2011	100,28	112,90
2012	118,78	130,07
2013	132,06	153,75
2014	146,24	169,97

Fonte: Data Social (2015),

A Revista Exame publicou uma matéria mostrando os dados referentes ao número de benefícios repassados aos municípios menos dependentes do PBF em cada estado brasileiro. Em média, para o país como um todo, o número de benefícios pagos é de 1 a cada 14 habitantes. O indicador criado é resultado da divisão entre o total da população de cada cidade e o número de chefes de família beneficiados pelo PBF. Quanto maior o índice, menos o município depende dessa transferência (PINHONI, 2013).

No Quadro 01 é possível ver essas informações obtidas do estudo de Pinhoni (2013) para o Paraná. A cidade menos dependente do PBF é Maripá, em que é repassado um benefício a cada 85,8 habitantes. Os dados do referido Quadro ainda mostram que as dez cidades citadas estão bem acima da média nacional de benefícios pagos por habitante.

Quadro 01 - As 10 cidades menos dependentes do Programa Bolsa Família no Paraná - 2013

	Cidade	Benefício por habitante
1 <sup>a</sup>	Maripá	um benefício a cada 85,8 habitantes.
2 <sup>a</sup>	Quatro Pontes	um benefício a cada 76,3 habitantes.
3 <sup>a</sup>	Marechal Cândido Rondon	um benefício a cada 68,4 habitantes.
4 <sup>a</sup>	Quatro Barras	um benefício a cada 63,7 habitantes.
5 <sup>a</sup>	Maringá	um benefício a cada 63,1 habitantes.
6 <sup>a</sup>	Toledo	um benefício a cada 62,5 habitantes.
7 <sup>a</sup>	Colorado	um benefício a cada 61,3 habitantes.
8 <sup>a</sup>	Paraíso do Norte	um benefício a cada 59,9 habitantes.
9 <sup>a</sup>	Umuarama	um benefício a cada 59,2 habitantes.
10 <sup>a</sup>	Mercedes	um benefício a cada 53,4 habitantes.

Fonte: Pinhoni (2013).



No Quadro 2 verifica-se as cidades menos dependentes dos benefícios do PBF no estado da Bahia. Neste estado a situação é mais precária comparativamente aos dados do Paraná. Ao comparar os resultados para ambos os estados, nota-se uma grande diferença desse indicador. Enquanto no Paraná a cidade menos dependente (Maripá) recebe um benefício para cada 85,8 habitantes. Na Bahia, a cidade que tem menor dependência do programa (Bom Jesus da Serra) recebe um benefício para cada 38,2 habitantes. O mesmo Quadro 2 mostra ainda que apenas quatro cidades baianas estão acima da média nacional de benefícios pagos por habitante: Bom Jesus da Serra, Mucuri, Salvador e Eunápolis.

Quadro 02 - As 10 cidades menos dependentes do Programa Bolsa Família na Bahia - 2013

	Cidade	Benefício por habitante
1 <sup>a</sup>	Bom Jesus da Serra	um benefício a cada 38,2 habitantes.
2 <sup>a</sup>	Mucuri	um benefício a cada 17,8 habitantes.
3 <sup>a</sup>	Salvador	um benefício a cada 15,1 habitantes.
4 <sup>a</sup>	Eunápolis	um benefício a cada 14,3 habitantes.
5 <sup>a</sup>	Luís Eduardo Magalhães	um benefício a cada 13,8 habitantes.
6 <sup>a</sup>	Teixeira de Freitas	um benefício a cada 12,1 habitantes.
7 <sup>a</sup>	Feira de Santana	um benefício a cada 11,9 habitantes.
8 <sup>a</sup>	Candeias	um benefício a cada 11,3 habitantes.
9 <sup>a</sup>	Lauro de Freitas	um benefício a cada 11,1 habitantes.
10 <sup>a</sup>	Vitória da Conquista	um benefício a cada 11 habitantes.

Fonte: Pinhoni (2013).

Enquanto no Paraná, Mercedes, a 10<sup>a</sup> cidade menos dependente do PBF, recebia um benefício a cada 53,4 habitantes, Na Bahia, Bom Jesus da Serra, a 1<sup>a</sup> cidade menos dependente recebia um benefício a cada 38,2 habitantes. Analisando o *ranking* das 10 cidades menos dependente do PBF de cada estado, vale destacar ainda que enquanto no Paraná a décima colocada (Mercedes) recebe um benefício para cada 53,4 habitantes, na Bahia a décima colocada (Vitória da Conquista) recebe um benefício a cada 11 habitantes. Esses dados mostram a situação de maior vulnerabilidade das cidades baianas. Além disso, a primeira colocada entre as cidades menos dependentes no estado da Bahia (Bom Jesus da Serra) se encontra numa situação pior que a última colocada no estado do Paraná (Mercedes).

#### 4. Características dos domicílios dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Paraná e Bahia

De acordo com Haughton e Khandor (2009), nos trabalhos sobre pobreza, é importante considerar as características do domicílio. Os dados a seguir fornecem algumas informações referentes à qualidade da moradia em termos de material predominante utilizado nas paredes externas, acesso a serviços de saneamento e abastecimento de água e energia. Conforme Couto (2014), estes aspectos são considerados em muitos trabalhos como *proxies* das condições de vida das pessoas e permitem fazer avaliações sobre o nível de qualidade de vida e bem-estar das famílias.

Sobre a qualidade da moradia, foi investigado o material predominante nas paredes externas do domicílio; a situação em termos de saneamento (proveniência da água e forma de escoadouro sanitário); o destino do lixo; e a forma de iluminação. Seguindo a definição do IBGE (2010) são adequados os domicílios que: a) são construídos com materiais duráveis em que predominam a alvenaria ou madeira

aparelhada<sup>4</sup>; b) quando os dejetos são eliminados através de rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora ou não; c) quando o lixo é coletado diretamente (através de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada) ou indiretamente (quando as pessoas o depositam num local específico como, por exemplo, uma caçamba para ser recolhido posteriormente).

A Tabela 04 apresenta dados sobre o tipo de material predominante nas paredes externas das moradias das famílias beneficiárias do PBF. Seguindo o mesmo procedimento de Camargo et al. (2013), os tipos de materiais são apresentados partindo dos de melhor qualidade para os de pior qualidade.

Tabela 04 - Material predominante nas paredes externas dos domicílios dos beneficiários do PBF no Paraná e na Bahia – 2014 (Em %)

Material predominante nas paredes externas	Paraná	Bahia
Domicílio de alvenaria com revestimento	49,21	71,29
Domicílio de alvenaria sem revestimento	8,11	14,80
Domicílio de madeira aparelhada	36,03	0,62
Domicílio de madeira aproveitada	0,10	1,94
Domicílio de taipa revestida	0,08	1,20
Domicílio de taipa não revestida	5,13	0,67
Domicílio de palha	0,01	0,03
Domicílio de outro material	1,33	9,45

Fonte: Data Social (2015).

Em ambos os estados, a maior parte das famílias beneficiárias mora em casa de alvenaria com revestimento. Esse percentual é mais elevado na Bahia (71,29%) do que no Paraná (49,21%). No estado da Bahia, o segundo tipo de construção que mais predomina é o de alvenaria sem revestimento (14,80%). Já no Paraná, vem em segundo lugar o uso de madeira aparelhada (36,03%), fato esse que está relacionado a questões de especificidade regional, dado que na região Sul há muitas casas construídas com madeira. Os outros tipos de materiais não possuem um percentual significativo, exceto domicílio construído de outro material na Bahia, cuja participação é alta (9,45%) contra apenas 1,33% no Paraná. Esse fato pode indicar a necessidade de maior atenção por parte dos programas habitacionais para os beneficiários do PBF na Bahia.

Na Tabela 05 analisa-se o tipo de abastecimento de água das moradias, de escoamento sanitário, de coleta de lixo e de iluminação pública, itens esses fortemente associados à oferta de serviços públicos. Com relação ao abastecimento de água, no Paraná, mais de 80% das famílias têm acesso à rede geral de distribuição seguido pelo abastecimento via poço ou nascente.

Na Bahia, cerca de 70% dos domicílios são abastecidos pela rede geral de distribuição. Aproximadamente 16% são abastecidos por poços e 5,14% por cisterna. Sobre o uso de cisterna, vale destacar que no Paraná, o percentual de domicílios que usam esse tipo de abastecimento é bem menor (0,04%). Na Bahia, devido à escassez de chuvas em grande parte do interior do estado, é comum o uso de cisternas para coletar água da chuva. Segundo IBGE (2010), a água distribuída via rede geral é considerada mais adequada para o consumo, enquanto as demais formas de abastecimento não passam por processos de tratamento para deixar a água apropriada para o consumo humano. O acesso à rede geral, que é o melhor sistema

<sup>4</sup> Madeira apropriada para uso em paredes (IBGE, 2010).

de abastecimento, é menor no estado da Bahia do que no Paraná, e 9,43% das famílias são abastecidas de outra forma<sup>5</sup>.

Tabela 05 - Abastecimento de Água, Escoamento Sanitário, Tipo de Coleta e Tipo de Iluminação no Paraná e na Bahia - 2014 (Em %)

Forma de Abastecimento de Água	Paraná	Bahia
Rede Geral de Distribuição	84,86	69,89
Poço ou Nascente	14,29	15,54
Cisterna	0,04	5,14
Outro	0,81	9,43
Escoamento sanitário	Paraná	Bahia
Rede Coletora de Esgoto ou Pluvial	42,81	41,22
Fossa Séptica	15,09	10,77
Fossa Rudimentar	39,92	43,83
Vala a Céu Aberto	1,05	2,55
Escoamento Direto para Rio, Lago ou Mar	0,80	0,54
Outro	0,33	1,09
Coleta de Lixo	Paraná	Bahia
Lixo Coletado Diretamente	80,25	60,10
Lixo Coletado Indiretamente	2,86	4,35
Lixo Queimado ou Enterrado na Propriedade	16,19	28,96
Lixo Jogado em Terreno Baldio ou Logradouro	0,20	4,54
Lixo Jogado em Rio ou Mar	0,02	0,03
Outro	0,48	2,02
Tipo de Iluminação	Paraná	Bahia
Iluminação Elétrica com Medidor Próprio	80,95	84,90
Iluminação Elétrica com Medidor Comunitário	13,02	2,42
Iluminação sem Medidor	3,30	4,01
Iluminação à Óleo, Querosene ou Gás	0,32	2,43
Iluminação à Vela	0,70	1,55
Outro	1,71	4,69

Fonte: MDS, DATA SOCIAL (2015).

Em relação ao escoamento sanitário, em ambos os estados cerca de 80% dos domicílios utilizam a rede coletora e a fossa rudimentar. Em seguida, aparece a fossa séptica. Os dois estados não apresentam discrepâncias com relação a esse item.

A maior parte dos domicílios tem acesso à coleta do lixo adequada (quando a coleta é feita direta e indiretamente), mas enquanto no Paraná esse indicador é de 80,25% na Bahia é de apenas 60,10%. A porcentagem de lixo queimado ou enterrado no quintal é alta em ambos os estados, sendo que na Bahia o percentual é de 29% enquanto no Paraná é 16,2%, fato esse que afeta negativamente a qualidade de vida dos moradores e pode trazer problemas ambientais.

A maior parte dos beneficiários tem acesso à iluminação com medidor próprio: 80,95% no Paraná e 84,9% na Bahia.

<sup>5</sup> Segundo o IBGE (2014), outra forma refere-se a reservatório por carro-pipa e coleta da chuva.

## 5. Características das pessoas beneficiárias pelo Programa Bolsa Família no Paraná e Bahia

Para traçar o perfil da população beneficiária do PBF utilizaram-se variáveis relativas a aspectos de ordem individual como gênero, cor ou raça, faixa etária e escolaridade. A Tabela 06 mostra a distribuição dos beneficiários com relação ao gênero e à raça. Levando-se em conta o sexo, a participação das mulheres é superior a dos homens: 55,37% no Paraná e 55,45% na Bahia.

Vale lembrar que o PBF dá preferência às mulheres para o recebimento do benefício, No Brasil, em 2013, cerca de 93% das casas eram chefiadas por mulheres. Conforme Camargo et al. (2013, p, 171): “Comparando-se os dados do Censo 2010, segundo o qual 51,0% da população são mulheres, verifica-se um perfil mais feminino nas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do que na população em geral”.

Com relação à raça (Tabela 06), no estado do Paraná, predomina a participação de beneficiários brancos (67,43%), seguidos por pardos (28,27%). Na Bahia, a maior parte dos beneficiários é parda (75,66%), seguidos por pretos (12,80%). Os brancos representam apenas 10,73% dos beneficiários. Há um perfil diferente de raça entre os estados, o que certamente se deve ao fato de a Bahia ser um estado que tem uma elevada proporção de negros (pretos e pardos) na sua população (76,3%) enquanto o Paraná tem uma maior proporção de brancos (70,3%), segundo dados do Censo 2010.

Tabela 06 - Perfil dos Beneficiários por Sexo e Raça no Paraná e na Bahia - 2014 (Em %)

Sexo	Paraná	Bahia
Masculino	44,63	44,55
Feminino	55,37	55,45
Raça	Paraná	Bahia
Branca	67,43	10,73
Preta	3,23	12,80
Amarela	0,23	0,43
Parda	28,27	75,66
Indígena	0,84	0,38

Fonte: Data Social (2015).

Na Tabela 07 é possível ver a distribuição dos beneficiários do PBF em relação à faixa etária. Nota-se uma elevada participação do perfil mais jovem (pessoas com até 24 anos de idade) tanto no Paraná (61,47%) quanto na Bahia (57,22%) ao passo que a participação das duas faixas somadas dos que têm mais de 65 anos de idade é bastante reduzida: 0,77% no Paraná e 0,70% na Bahia.

Tabela 07 - Perfil dos Beneficiários por Idade no Paraná e na Bahia - 2014 (Em %)

	Paraná	Bahia
0 a 3 anos de idade	9,77	6,85
4 a 6 anos de idade	8,58	7,13
7 a 9 anos de idade	9,04	7,65
10 a 14 anos de idade	15,27	14,02
15 a 17 anos de idade	8,31	8,48
18 a 24 anos de idade	10,50	13,09
25 a 29 anos de idade	6,62	7,37
30 a 39 anos de idade	14,41	14,88
40 a 49 anos de idade	10,01	11,29
50 a 59 anos de idade	5,44	7,13
60 a 64 anos de idade	1,28	1,41
65 a 69 anos de idade	0,48	0,47
70 anos ou mais	0,29	0,23

Fonte: Data Social (2015).

Para analisar o grau de instrução dos responsáveis pela família foram usados dados da PNAD de 2013 para pessoas que têm perfil de renda que as enquadram como possíveis beneficiárias do PBF (aquelas cuja renda familiar per capita era menor ou igual a R\$ 154,00). Utilizou-se a PNAD para tentar contornar a ausência de informações nos bancos de dados disponibilizados pelo MDS. Conforme Tabela 08, a escolaridade é baixa em ambos os estados, embora a situação mais precária seja na Bahia. Enquanto no Paraná 57,35% dos responsáveis pela família tem até sete anos de estudo, na Bahia esse percentual sobe para 70,72%.

A maior parcela das pessoas possui em torno de 4 a 7 anos de estudo: 28,68% no Paraná e 31,06% na Bahia. É importante chamar atenção que quanto ao nível de instrução do responsável pela família, o pior indicador, que é o indivíduo sem instrução ou com menos de um ano de estudo, o percentual encontrado na Bahia foi de 23,79%, o que representa 10,73 pontos percentuais a mais em relação ao Paraná. De outro lado, quando se analisa a participação dos que têm de 8 a 10 anos de estudo, nota-se que o Paraná apresenta uma situação relativamente melhor do que na Bahia, 23,78% contra 13,81%, respectivamente, resultando numa diferença de 9,97 p.p.

Tabela 08 - Grau de Instrução dos Responsáveis pela Família no Paraná e na Bahia - 2013 (Em %) - Pessoas que têm perfil de beneficiário do PBF

Grau de instrução	Paraná	Bahia
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	13,06	23,79
1 a 3 anos de estudo	15,61	15,87
4 a 7 anos de estudo	28,68	31,06
8 a 10 anos de estudo	23,78	13,81
11 a 14 anos de estudo	16,33	14,62
15 anos ou mais	2,54	0,85

Fonte: PNAD (2013).

O problema da baixa escolaridade que ainda existe no Brasil e, mais especificamente, a dos responsáveis pela família nos estados do Paraná e Bahia deve continuar sendo alvo de políticas públicas, pois somente com um melhor nível educacional e com mais qualificação é que as pessoas podem encontrar maiores oportunidades para se inserir de forma satisfatória no mercado de trabalho.

## **Considerações Finais**

Como um programa voltado para a diminuição da pobreza no país, o PBF é considerado de grande importância no Brasil, especialmente porque associado à transferência direta de renda, deve haver o cumprimento de condicionalidades, ligadas à educação e à saúde. Desse modo, acredita-se que no médio e longo prazo seja possível romper o ciclo intergeracional da pobreza, à medida que se espera que os filhos dos pobres encontrem maiores condições de romper tal ciclo.

Neste artigo, o objetivo central foi analisar o perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF nos estados do Paraná e Bahia. Levando-se em conta o tipo de material predominante nas paredes externas do domicílio, que reflete questões de durabilidade e segurança da moradia, prevalece em ambos os estados o uso de alvenaria com revestimento, sendo que na Bahia a proporção de domicílios construídos com esse material é superior ao do Paraná. Destaca-se na Bahia uma maior precariedade com relação à moradia, em razão do percentual de residências feitas com outros tipos de materiais, o que sugere a importância de ter uma maior atuação pública e de programas habitacionais, voltadas para os mais pobres neste estado.

Quanto ao acesso a serviços que são ofertados pelo poder público, a situação do Paraná é relativamente melhor do que na Bahia no abastecimento de água via rede geral e coleta de lixo adequada. Quanto ao acesso à iluminação, em ambos os estados mais de 80% dos beneficiários do PBF têm acesso à iluminação elétrica.

Quanto aos aspectos relacionados às características natas (sexo e cor) dos indivíduos, observou-se que tanto no Paraná como na Bahia, predominam os beneficiários do PBF do sexo feminino. Em relação à cor, por sua vez, observam-se diferenças, visto que na Bahia predominam beneficiários pretos e pardos e no Paraná, beneficiários brancos. Já o perfil etário dos beneficiários é muito parecido no Paraná e Bahia, prevalecendo uma elevada participação de jovens (até 24 anos).

Por fim, quanto ao grau de instrução dos responsáveis pela família, tanto no Paraná quanto na Bahia a situação não é satisfatória, mas a Bahia aparece de forma mais precária, devido ao maior percentual de beneficiários sem instrução ou com menos de um ano de estudo.

## **Referências**

BAHIA lidera o Bolsa Família. A Tarde, Salvador, 2013. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br>. Acesso em 20 jan, 2014.

CAMARGO, Camila F. et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: CAMPOLLO, Tereza; NERI, Marcelo C. (Orgs.). **Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 157-177.

CASTRO, A. **Bahia lidera número de beneficiários do bolsa família no país**. 2013. Disponível em: < <http://www.correio24horas.com.br>. Acesso em: 20 set. 2014.

CODES, A. L. M. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa**. Texto para Discussão, nº 1332. IPEA: Brasília, 2008.

COUTO, A.C.L. **Pobreza entre os ocupados agrícolas no Brasil rural: uma análise de suas características e principais determinantes (2004-2012)**. 192 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

DATA SOCIAL. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/METRO/metro.php?p\\_id=4](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/METRO/metro.php?p_id=4). Acesso em: 25 maio 2015.

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S.R. **Handbook on poverty and inequality**. Washington: The World Bank, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010 (Estudos e Pesquisas, 27).

IPEADATA, **Dados sobre taxa de extrema pobreza e pobreza**, 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 01 set. 2014.

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R, Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional, **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v, 15, n, 1 (26), p, 79-112, jan./jun, 2006,

LADERCHI, C,R,; SAITH, R,; STEWART, F, Does it matter if we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches, **QEH Working Papers Series – QEHWPS107**, University of Oxford, n, 107, p, 1-41, may, 2003, Disponível em: <http://www.www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/qehwp/qehwps107.pdf>. Acesso em: 07 ago, 2013.

MDS. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 27 abr. 2014.

Data Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/METRO/metro.php?p\\_id=4](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/METRO/metro.php?p_id=4)>, Acesso em: 25 maio 2015.

MOTTA, C, V, Valor Econômico (SP): Cada R\$ 1 Gasto Com o Bolsa Família Adiciona R\$ 1,78 ao PIB, Calcula Ipea, **Ipea**, 2013, Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20244&Itemid=75](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20244&Itemid=75)>, Acesso em: 19 out, 2013,

NERI, M, C,; VAZ, F, M,; SOUZA, P, H, G, F, **Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma Análise Comparativa das Transferências Sociais**, 2013, Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131015\\_bolsa\\_familia\\_cap11.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131015_bolsa_familia_cap11.pdf)>, Acesso em: 19 out, 2013,

PINHONI, Marina. As 10 cidades menos dependentes do Bolsa Família por estado. **Exame**, São Paulo: Abril, 15 set. 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-10-cidades-menos-dependentes-do-bolsa-familia-por-estado>. Acesso em 25 set. 2014.

PNAD. **Microdados**. PNAD 2013. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2014.

Relatório de Informações Sociais. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>. Acesso em: 07 de junho de 2015.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, A. M. R.; Neder, H. D. Abordagem das Capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: **III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**, Porto Alegre, 2010.

SILVA, L, N, S.; BORGES, M, J.; PARRÉ, J, L, Distribuição espacial da Pobreza no Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v, 39, ano 37, n, 3, p, 35-58, set./dez, 2013,

SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G. **Perfil da pobreza na Bahia e sua evolução no período 2004-2009**. Texto para Discussão 1743, Ipea, Brasília, 2012.

*Submetido em 10/08/2015.  
Aprovado em 08/02/2016.*

#### **Sobre as Autoras:**

##### **Thais Andreia Araújo de Souza**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá(2014).  
Email: [thaisandreia@gmail.com](mailto:thaisandreia@gmail.com)

##### **Ana Cristina Lima Couto**

Possui graduação e mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Maringá.  
Email: [aclcouto@uem.br](mailto:aclcouto@uem.br)